

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL-9ª VARA FEDERAL

Juiz Titular	:	DR. MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
Juiza Substit.	:	DRA. LIVIANE KELLY SOARES VASCONCELOS
Dir. Secret.	:	THAISSA DA SILVEIRA NASCIMENTO MATOS

EXPEDIENTE DO DIA 11 DE JULHO DE 2017

Atos do Exmo.	:	DR. MARCIO LUIZ COELHO DE FREITAS
---------------	---	-----------------------------------

AUTOS COM DECISÃO

No(s) processo(s) abaixo relacionado(s)

Numeração única: 65296-27.2016.4.01.3400
65296-27.2016.4.01.3400 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

EXQTE	:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOSE DIAS
ADVOGADO	:	PI00003446 - JOAO ULISSES DE BRITTO AZEDO
EXCDO	:	UNIAO FEDERAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :

" (...) Tendo as partes apresentado impugnação (fls. 138/163), resposta à impugnação (fls. 168/206), e inexistindo qualquer prejuízo na continuidade do procedimento, intimem-se as partes para especificarem as provas que desejam produzir, justificando a necessidade, no prazo de 5 (cinco) dias. Via de consequência, nada a prover quanto ao pedido de expedição de ofício requisitório de parcela incontroversa.."

Numeração única: 18960-67.2013.4.01.3400
18960-67.2013.4.01.3400 AÇÃO ORDINÁRIA / OUTRAS

AUTOR	:	MARIA APARECIDA DIOGO BRAGA
ADVOGADO	:	DF00020499 - FLORIANO DUTRA NETO
REU	:	FAZENDA NACIONAL

O Exmo. Sr. Juiz exarou :

" Nos termos do disposto no art. 99, caput e § 1º do CPC, o pedido de gratuidade de justiça pode ser formulado a qualquer momento, mesmo na fase recursal. No caso em tela, apesar de não ter sido interposto recurso, a sentença ainda não havia transitado em julgado quando do pedido de fls. 116/151, razão pela qual não há óbice a que o pedido seja apreciado por este Juízo. Assim, tendo a Autora juntado aos autos elementos comprobatórios de sua atual condição de hipossuficiência, nos termos do § 3º do art. 99 do CPC, defiro o pedido de gratuidade de justiça."